

GT 11. Empresariamento e Militarização da educação: crítica, resistência e defesada escola pública

A implementação das escolas cívico-militares no Paraná pela Secretaria Estadual da Educação e Esporte.

Bruno Augusto Marques Florentino¹
Fabio Lanza²

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em Sociologia pelo PROFSOCIO, onde foi estudado implantação dessa modalidade de gestão cívico-militar escolar no Paraná. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a reconstrução do processo de implantação das escolas, a partir de fontes tais como, o levantamento das legislações estaduais, nacionais, a consulta dos documentos oficiais das mantenedoras e da própria instituição em tela, bem como pela coleta de dados a partir da observação e registro no caderno de campo do pesquisador. A pesquisa teve como resultado um detalhamento das ações da SEED nas políticas educacionais do Paraná.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Escolas cívico-militares; Gestão da escola.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas durante o curso de Mestrado em Sociologia pelo PROFSOCIO, Universidade Estadual de Londrina e motivado por entender o processo que se deu na implementação das escolas cívicos-militares no Estado do Paraná, as CMEIVS, na gestão do governo de Carlos Massa (PSD) no ano de 2020, em plena pandemia mundial da COVID-19.

O Projeto de Lei 543/2020, que instituiu o programa colégios cívico-militares no Estado do Paraná, tramitado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e, aprovada como Lei 20.338 em 06 de Outubro de 2020, e sancionada pelo Governo do Estado um dia após a sua aprovação.

O que nos chama a atenção foi a rapidez em que se tramitou um projeto de lei do executivo paranaense, sendo rapidamente tramitado nas comissões daquela casa legislativa e aprovado em pouco menos de quinze dias. A entrada do projeto ocorreu em 14 de outubro e sua aprovação em plenário ocorreu logo, no 06 de novembro de dois mil e vinte.

Não sem resistência da oposição ao governo na ALEP, o projeto foi

¹ Mestre em Sociologia (UEL), professor da rede estadual do Paraná, e-mail: bruno20florentino@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina; e-mail: lanza1975@gmail.com

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

sancionado no dia 07 de outubro e implantado na rede estadual a partir de uma consulta pública realizada, sem um debate amplo com a sociedade paranaense, para a modificação de cerca de duzentas escolas escolhidas para serem transformadas em “escolas cívico-militares.”

Essa consulta foi realizada nas escolas indicadas previamente pelos Núcleos Regionais de Educação (NRES) e a comunidade escolar dessas instituições foram convocadas entre os dias vinte e sete e trinta de novembro de dois mil e vinte, a votarem “SIM”, para a transformação da escola em cívico-militar ou “NÃO, mantendo o atual modelo de gestão. À época da consulta, a APP Sindicato, entidade que representa os trabalhadores e trabalhadoras em educação pública, impetrou na justiça uma ação de nulidade do processo, sendo negado em juízo

Quando falamos de políticas educacionais, a duras penas conquistadas pela sociedade brasileira. Para Carlos Alberto Torres (1995), o capitalismo em um contexto de crise encontra no estado um regulador entre a manutenção da hegemonia do capital e os interesses que se impõe na sociedade, essas por suavemente, manifestam-se através das políticas públicas voltadas para os mais diversos setores.

As premissas da reestruturação econômica predominantes no capitalismo avançado ou as premissas do ajuste estrutural são altamente compatíveis com os modelos neoliberais. Estas implicam redução do gasto público; redução dos programas que são considerados gasto público e não investimento; venda das empresas estatais, parastatais ou de participação estatal; e mecanismos de desregulamentação para evitar o intervencionismo estatal no mundo dos negócios (TORRES, 1995, p. 115)

Sendo assim, o estado que teria de atuar como indutor de políticas públicas, passa a ser apenas um “amortecedor” nas tensões que podem vir a surgir, numa distensão entre o capital e os interesses em comum de uma sociedade, descaracterizando a “função das coisas”. O que antes era visto como direitos constitucionais, inerentes ao cidadão, agora passa ser visto como “bens de consumo”. O hospital deixa de ter pacientes, a escola deixa de ter alunos e passam a ter “clientela”, a consumir o que lhes é vendido.

A noção do privado (e as privatizações) são glorificadas como parte de um mercado livre, com total confiança na eficiência da competição, onde as atividades do setor público ou estatal são vistas como ineficientes, improdutivas, antieconômicas e como um desperdício social, enquanto o setor privado é visto como eficiente, efetivo, produtivo, podendo responder, por sua natureza menos burocrática, com maior rapidez e presteza às transformações que ocorrem no mundo moderno. (TORRES, 1995, p. 115-116)

Ataca-se os serviços públicos, sucateando seu funcionamento, e passampara

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

as mãos do capital privado a sua administração, o que hoje já avança no Paraná a passos largos, que é o caso também do Projeto “Parceiros da Escola”, que nada mais é que a PRIVATIZAÇÃO das escolas públicas do Estado, descaracterizando o papel social, pedagógico e fundamental que é a educação pública.

O golpe de 2016 não marcou apenas o fim dos governos petistas no comando federal desde 2003, mas trouxe também mudanças significativas nas políticas públicas do Brasil. Tais mudanças passaram a ser verificadas logo após a chegada de Michel Temer à presidência.

Sem ser aqui devotar governo ou outro, apesar dos avanços significativos que o país alcançou durante as gestões petistas, o tom conciliador entre capital e os interesses sociais que davam a tônica para a promoção da inclusão social, redução das desigualdades, não tivemos até o último ano da gestão de Dilma Rousseff mudanças na estrutura econômica do país: taxaçoão de grandes fortunas, auditoria da dívida pública, reformas e ampliação de políticas de estado, que após o golpe foram facilmente atacados pelas duas últimas gestões que tivemos no Brasil pós-golpe. Logo nos primeiros meses de seu governo, Temer propôs e foi acatado pelo Congresso Nacional o regime de partilha dos poços de petróleo, liquidando com a Lei 12.351/10, que previa a participação da Petrobrás em todos os blocos de exploração do pré-sal, mostrando a tônica de seu governo, ancorado nas políticas neoliberais na economia.

Em dezembro do mesmo ano foi aprovado e sancionado a Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº55, também conhecida como “PEC do Teto de Gastos” e que depois de sancionada passou a ser EC 95/16, limita os governos a aumentarem os recursos para atender às demandas sociais e trava os gastos em áreas essenciais por um período de 20 anos. Para alguns economistas, essa é “a constitucionalização da austeridade” (OLIVEIRA; POCHMANN E ROSSI, 2022, p. 431). Para os autores, gastos em setores essenciais como, saúde e educação são os mais afetados.

a medida aprovada por Temer desvincula os gastos com saúde e educação, que tinham percentuais de gastos constitucionalmente garantidos. O mínimo para os gastos públicos da União com educação, estabelecido pelo Artigo 212 da Constituição Federal, é de 18% da Receita Líquida Impostos (RLI). Já a EC 95 prevê que, em 2017, o gasto mínimo com educação será 18% da RLI e, a partir de então, terá como piso o valor mínimo congelado em 2017, reajustado somente pela inflação. Em outras palavras, com a nova regra, o gasto federal real mínimo com educação será congelado no patamar de 2017, caindo ao longo do tempo em proporção da RLI e do PIB. Quebra-se assim a vinculação constitucional à RLI. (OLIVEIRA; POCHMANN E ROSSI, 2022, p. 431)

Numa perspectiva social, em que os mais pobres são os que dependem dos serviços oferecidos pelo Estado brasileiro, a EC 95/16 traz duras consequências para a nossa sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Com as crises econômicas que se sucederam nas últimas décadas colocou em alerta o capitalismo e sua sustentação em boa parte do mundo. No caso de nações onde o capital estrangeiro lucra e leva seu capital para os países de origem, como podemos constatar no Brasil, exemplo é o caso das grandes montadoras, que no auge da crise econômica iniciada em 2008, demitiu trabalhadores, retirou suas plantas industriais do país e levou seu lucro para onde o seu capital pudesse ser salvaguardado.

As crises sucessivas que se seguem no país e que culminam nas “jornadas de junho”, nas turbulentas eleições de 2014 e, por fim, ao golpe de 2016. O que se seguiu a partir daí: destruição das leis trabalhistas, limitação de investimentos públicos em setores essenciais do país e por fim, na desconfiguração do papel da educação como fator social importante para redução das desigualdades. Para Francely Priscila Costa e Silva, pensando o caráter da educação brasileira, no contexto da Reforma do Ensino Médio de 2017, ela traz a seguinte constatação, citando Stephen J. Ball (2001),

[...] as políticas nacionais necessitam ser compreendidas como o produto de um nexo de influências e interdependências que resultam de uma interconexão e hibridização. Pode-se dizer, então, que as políticas nacionais são uma espécie de bricolagem, no sentido de ser um processo constante de reinterpretação de ideias de outros contextos; de investigações; de adoção de tendências internacionais. (BALL, 2001 apud COSTA E SILVA, 2019, p.22).

Mas não podemos nos furtar de legar neste trabalho de conclusão de curso os que resistiram às políticas nefastas de Michel Temer contra a educação pública. As ocupações das escolas a qual este professor-pesquisado acompanhou de perto no ano de 2016, promovidas por estudantes secundaristas que mostraram que, parafraseando aqui a canção de Charle Brow Jr. e NegraLi sobre nossa sociedade ao dizer que, o que vemos na tv sobre nossa juventude não é sério. “O jovem no Brasil nunca é levado a sério”. E realmente, quem teve a oportunidade de ver a organização estudantil, digamos uma “primavera estudantil”³ contra os desmandos de um governo ilegítimo e servil do capital, nossa juventude foi a voz de um levante em defesa da escola pública.

Dessas vozes, uma delas é a atual deputada estadual do Paraná, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2022 com 51.845 votos⁴, que participou ativamente das ocupações em 2016.

³ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/03/pr-um-ano-da-primavera-secundarista-e-de-escolas-que-nunca-mais-foram-as-mesmas> > Acesso em 10 fev. 2023

⁴ Disponível em:
<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#eleicao;e=e544;uf=pr/resultados/cargo/7>
Acesso em 10 de fev 2023.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Figura 1 – Assembleia Estudantil no Colégio Estadual Loureiro Fernandes



Fonte: Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/03/pr-um-ano-da-primavera-secundarista-e-de-escolas-que-nunca-mais-foram-as-mesmas> > Acesso em 10 fev. 2023⁵

No Brasil, as políticas públicas parecem que se tornaram refém do capital, principalmente dos oriundos de países que dominam as principais fontes originárias desses capitais. Os organismos internacionais que formulam diretrizes e passam a distribuir como receituários a alavancar as economias, reduzir as desigualdades o fazem de maneira a conformar países periféricos economicamente à dominação do capitalismo globalizado.

Para Frigotto (1995),

as organizações supranacionais FMI, BIRD, UNESCO, OIT, são as mesmas dos anos 60, somente mais poderosos, e suas filiais latino-americanos CEPAL, OREALC, etc. que têm a tarefa de substituir o conceito de capital humano e seus desdobramentos-taxa de retorno, custo-eficiência, custo-qualidade, formação de atitudes e valores -pelos novos conceitos anteriormente indicados. (FRIGOTTO, 1995, p. 97-98)

Nessa senda, o que vimos no Brasil, sem fechar os olhos para as necessidades que a educação pública brasileira se impõe, é a de anulação do papel do Estado e das políticas públicas como indutores da redução das nossas desigualdades. Se tais organismo citados por Gaudêncio Frigotto como mentores de diretrizes a serem adotadas pela imposição lógica do capital a qualoperam, podemos reduzir à nossa realidade, mantida pelas elites econômicas brasileiras.

Alinhado ao processo de destruição das políticas educacionais, ainda em 2017 foi publicada a Portaria nº 577⁶ de 27 de abril, assinada pelo então ministro da educação, Mendonça Filho (DEM), destituindo o Fórum Nacional de Educação (FNE), que era composto por representantes dos movimentos civis como, entidades ligadas à educação, sindicatos, direitos humanos e áreas que democraticamente elegiam seu representante junto ao fórum. No lugar das entidades de fóruns integrados, assumiram voz de mando entidades do ramo industrial como a Confederação da Indústria (CNI), o Sistema S e órgãos ligados somente à gestores de estados e municípios como, a UNDIME e UNCME.

Observamos assim uma continuidade do aparelhamento das instâncias deliberativas pelo então governo golpista, descaracterizando sua função de representativa dos interesses sociais, dando lugar aos interesses do mercado. Não hesitamos em dizer que a destruição das políticas autoritárias adotadas desde 2016 mostram o lado perverso da anulação de direitos básicos. Para Frigotto (1995), “uma educação regulada pelo caráter unidimensional do mercado. Este constitui-se no sujeito educador.” (FRIGOTTO, 1995, p. 85)

Um educador que submete à fragmentação do conhecimento do indivíduo que se adapta, flexibiliza-se e se submete à precarização do trabalho. Como diz Acácia Kuenzer, pensar numa educação flexível serve apenas para manter o domínio de acumulação do capital. Segundo ela, é

Necessário reafirmar que a pedagogia da acumulação flexível, especificamente a flexibilização do ensino médio, responde a demandas da base material do atual regime de acumulação; a ausência de diálogo e os embates ocorridos no breve transcurso de tempo entre a proposta e a sua aprovação, originada na articulação entre os setores privados e o Estado, atestam a força das bases materiais na estruturação das políticas públicas na acumulação flexível. (KUENZER, 2017, p.342)

A dominação do homem pelo capital, da manutenção da ordem hegemônica estabelecida, da fragmentação do conhecimento e privação ao acesso da grande maioria da população à produção do saber e da sua reprodução. No caso brasileiro, se as reformas não puderam ser realizadas através de um governo que, legitimamente eleito, pois se propôs a ouvir as instâncias pelos quais o povo era representado, nada mais viável que através do próprio ordenamento jurídico, forjar em aparente liberdade democrática, um golpe e impor as regras do jogo, não respeitando agora, a vontade popular. A História é “linha mestra” da sociedade e

⁶ Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_577_27042017.pdf

Acesso em 23 de jan de 2023

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

ignorar os fatos é impor a ausência e alijar as sociedades de sua própria identidade, da construção por e para ela. Neste sentido, é preciso resgatar a memória de todo o processo histórico do nosso país para que só assim possamos falar em democracia, em direitos e a sua manutenção.

A História é compreendida como uma forma específica de discurso, a forma narrativa, que, segundo um roteiro previamente definido, atribui um efeito de verdade aos fatos e dados históricos, revestindo-os de uma racionalidade que não existe na realidade; portanto, a História não existe. Em consequência, também não existe universalismo nem o coletivo, pois os fenômenos sociais não podem ser explicados por referências externas a eles, uma vez que essas referências são atravessadas por leituras particularistas, diversas culturalmente. (KUENZER, 2017, p. 347)

Assim podemos reafirmar que a reforma do Ensino Médio e a fragmentação do conhecimento e flexibilização dos sujeitos, encaixa-se numa modalidade de educação que é “uma nova forma de mercadoria que, para ser produzida e consumida, demanda a formação de subjetividades flexíveis: pragmatistas, presentistas e fragmentadas. O modelo de ensino médio recém aprovado vem ao encontro dessa concepção.” (KUENZER, 2017, 348)

Para discutir a implantação das escolas cívico-militares no Estado do Paraná, partimos para as análises das legislações, a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio [...] definindo uma nova organização curricular (MEC, 2017). Tal mudança contempla a flexibilização curricular e a organização do que passou a se chamar de “itinerários formativos”.

No entanto, essas novas mudanças previstas pela lei. 13.415/17 tiveram que ser regulamentadas pelos Estados da federação. No caso do Paraná, as mudanças curriculares também propostas pela Base Nacional Comum Curricular, ganhou uma versão que foi intitulada de “Currículo da Rede Estadual Paranaense”.

A elaboração do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações tiveram início com a constituição do Comitê Executivo Estadual e Assessoria Técnica, por meio da Portaria nº 66/2018 - GS/SEED, alterada pela Portaria nº 278/2018 - GS/SEED. O referido Comitê executivo, composto pelas instituições: Secretaria de Estado da Educação - SEED/ PR Conselho Estadual de Educação - CEE/PR, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação – UNCME, tem como atribuições encaminhar e tomar decisões sobre o regime de colaboração no nível das secretarias estadual e municipais de educação.⁷

O documento elaborado e aprovado pelos órgãos responsáveis do Estado do

⁷ Disponível em: < <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/> > Acesso em 20 abr. 2021.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Paraná traz em sua versão a composição para as modalidades da educação infantil e ensino fundamental. Porém, quando se trata do Ensino Médio, a página digital do documento traz a informação de que, “embora a BNCC contemple toda a Educação Básica, o Ensino Médio não foi apresentado nesta fase da elaboração do documento por encontrar-se em discussão e análise.” (PARANÁ, 2018)

A implementação do NEM- Novo Ensino Médio no Paraná – deu-se no ano de dois mil e vinte três, sendo reestruturado a partir da: Formação Geral Básica (FGB) e dos Percursos Formativos. Tal organização curricular está documentado no “REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ 2021”, organizado em três volumes.⁸

Retrocedendo ainda em um panorama histórico, em dezembro de dois mil e vinte, através da Instrução Normativa nº 011/2020 da Diretoria de Educação e a Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria Estadual de Educação e Esportes do Paraná, dispôs-se sobre a reorganização curricular na modalidade do ensino médio da rede estadual. Tal normativa, ainda que questionada atualmente por ferir dispositivos legais que tange a obrigatoriedade da oferta e carga horária, implementou a redução de 2 para 1 aula semanal nas disciplinas em questão: Sociologia, Filosofia e Arte. Não sem movimentos contrários como o do Coletivo de Humanidades, da APP Sindicato, universidades e até a oposição na Assembleia Legislativa, a normativa passou a vigorar no corrente ano de dois mil e vinte um, sendo incorporado um currículo único para toda a rede estadual.

Mais recentemente, quando da escrita deste trabalho de conclusão de curso, nos últimos dias do ano de dois mil e vinte e dois, a mantenedora da educação pública estadual, SEED, lançava mais uma resolução, a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N.º 008/2022 - DEDUC/DPGE/SEED, atacando agora a disciplina de Arte na modalidade do Ensino Fundamental II, diminuindo a grade da disciplina curricular na modalidade de ensino em questão. Tal decisão implica somente nos anos finais do ensino fundamental da REDE PÚBLICA ESTADUAL, ou seja, etapa a qual Governo do Estado do Paraná é responsável por viabilizar a execução do currículo.

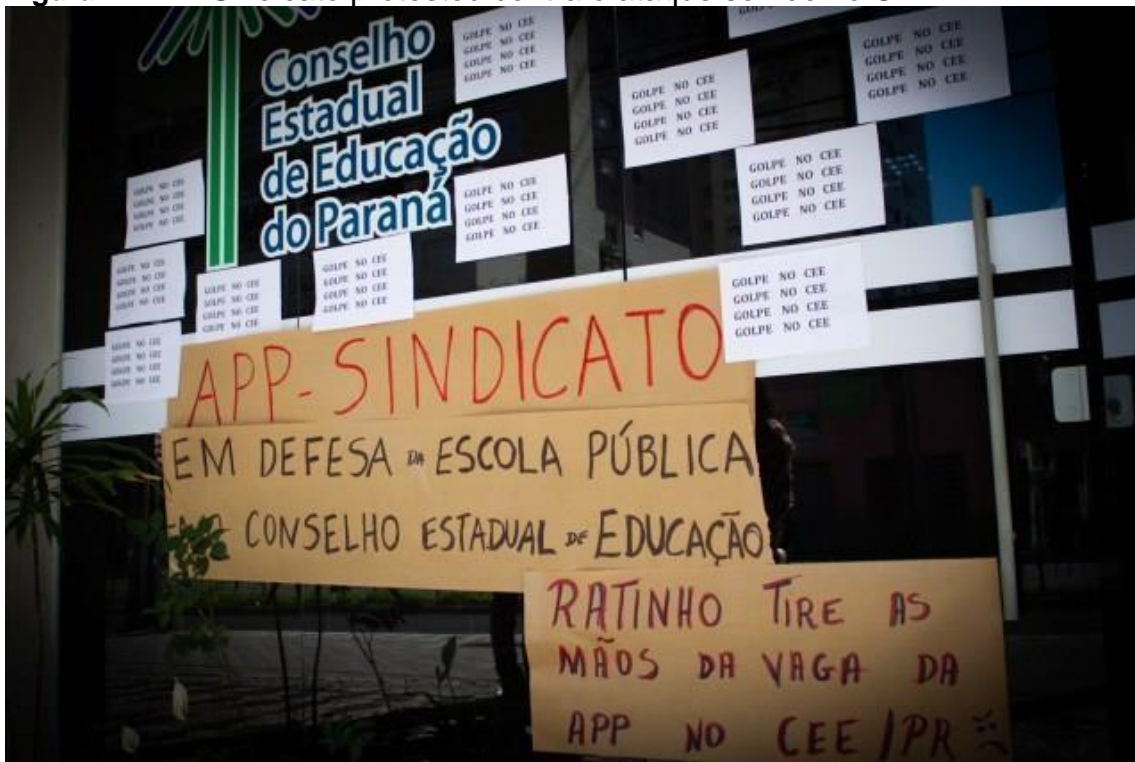
Alinhado aos programas nacionais de escola cívico-militares e também a ideologia “liberal de economia, mas conservadora de costumes” o primeiro mandato de Ratinho Junior também foi marcado pelo autoritarismo na condução e participação democrática da sociedade, entidades nas instâncias deliberativas do Estado do Paraná. Uma dessas práticas foi a destituição do assento da APP Sindicato no Conselho Estadual de Educação⁹. Em dezembro de 2021, o governo retirou de maneira ilegítima a representação dos trabalhadores em educação pública do Paraná, que há mais de 30 anos possuía assento no CEE.

⁸ Disponível em: <[https:// professor.escoladigital.pr.gov.br/nem](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem)> Acesso em 16 dez. 2022.

⁹ Disponível em: < » Golpe no Conselho de Educação: vaga histórica dos trabalhadores é ocupada por indicação política (appsindicato.org.br) > Acesso em 24 de jan. 2023

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Figura 2- APP Sindicato protestou contra o ataque sofrido no CEE



Fonte: https://appsindicato.org.br/em_ato_app_denuncia_golpe_no_cee/? Acesso em 24 de jan. 2023.

O ataque a entidade classista aconteceu um ano após a criação, de aparente maneira democrática, das escolas cívico-militares. É interessante analisarmos como os governos democraticamente eleitos passam a atuar de maneira a desconsiderar a verdadeira efetivação da democracia. Ou seja, o aparelhamento de entidades tanto a nível federal, iniciada em 2016 no FNE foi se intensificando com o florescimento das pautas autoritárias nos últimos quatroanos.

Assim sendo, a implantação do modelo cívico-militar no Paraná foi ajustada à política nacional da gestão 2018-2021 de Jair Bolsonaro. A nível nacional foi criado o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, através da Portaria nº 1.071 de 24 de dezembro de 2020, que regulamentou a criação dessa modalidade de gestão escolar. No caso do Paraná a implantação se deu a partir da Lei 21.327 - 20 de dezembro de 2020. A já conturbada gestão de Renato Feder e sua política empresarial para a educação do Paraná passou a ter mais novidade que se alinhava às políticas nacionais.

Na página destinada aos CMEIV é possível encontrar a seguinte descrição das escolas cívico-militares:

A proposta dos Colégios Cívico-Militares é ofertar uma educação básica de qualidade, o desenvolvimento de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

um ambiente escolar adequado e que promova a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a gestão de excelência dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos e o fortalecimento de valores humanos e cívicos. (PARANÁ, 2023)¹⁰

Mas o que a nova modalidade de gestão para a educação paranaense traz consigo? Quais critérios foram elencados e quais contradições ele apresenta quando tratamos de educação pública? No corpo da lei lemos a seguinte redação.

No Art. 2º

[...] II - Programa dos Colégios Cívico-Militares: conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação ofertada no ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, por meio de um modelo de gestão de excelência nas áreas pedagógica, administrativa e de atividades cívico-militares. (PARANÁ, 2020)

No Art. 9º sobre objetivos,

I - os objetivos estabelecidos nas normas federais aplicáveis ao Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares[...]. (PARANÁ, 2020)

Assim como no disposto na Portaria de criação das ECIM's, as escolas cívico-militares do Paraná seguem as mesmas diretrizes. Sobre a escolha das instituições tanto a legislação das ECIM's quanto dos CMEIV teria que observar os seguintes critérios,

I - os municípios devem dispor de, no mínimo, dois colégios estaduais que ofertem ensino fundamental e médio regular situados na zona urbana;

II - realização de consulta pública, observado o seguinte:

a) o quórum para a validade da consulta será de maioria absoluta dos integrantes da comunidade escolar;

b) o quórum para a aprovação da proposta será de maioria simples;

c) em caso de quórum insuficiente para validar a proposta, a consulta poderá ser repetida por três vezes, dentro do mesmo período letivo;

d) a divulgação da consulta pública ocorrerá via publicação de edital no Diário Oficial do Estado, com no mínimo quinze dias de antecedência de sua realização, além de ampla divulgação na internet (redes sociais e sítios da SEED).

¹⁰ Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares Acesso em 23 de jan de 2023.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

III - as instituições de ensino selecionadas e validadas pela comunidade escolar para implementar o Programa no ano letivo seguinte não poderão:

- a) ofertar ensino integral;
- b) ser Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos - CEEBJA;
- c) ofertar ensino noturno;
- d) ser instituição rural, indígena, quilombola ou conveniada;
- e) ter dualidade administrativa (PARANÁ, 2020)

Dentre os critérios de escolha estavam que cidades deveriam possuir mais de uma instituição, o que não foi observado. A educação teria a obrigação de ofertar ensino noturno, o que foi desestimulado para as escolas com poucos alunos, ocorrendo o fechamento do referido ensino. Bem como quando se diz sobre a necessidade de atender demandas como de escolas que tivessem baixos índices nas avaliações de desempenho, e que não foram respeitados. Diferente do que traz a portaria sobre as ECIM's, a lei que criou as escolas cívico-militares no Paraná não apontou que as instituições apresentassem problemas de vulnerabilidades.

CAPÍTULO VI DA SELEÇÃO DAS ESCOLAS

Art. 15. Os entes federativos serão orientados a considerar, para seleção e escolha das escolas no ano de 2021, os seguintes critérios:

- I - com alunos em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2020)

Sob uma aparente consulta democrática, foram indicadas para se transformarem em cívico-militares, 217 instituições geridas pelo SEED-PR. Entre os dias 27 a 30 de outubro de 2021 as instituições indicadas acolheram entre o “SIM” ou “NÃO” pelo modelo. No total, cerca de 163 escolas tinham optado pelo modelo e 54 por mantêm o modelo de gestão tradicional.¹¹

Como afirmamos, num aparente processo democrático de consulta pública, as escolas tiveram que se organizar durante um período pandêmico, sem qualquer debate com a comunidade escolar para do dia para a noite, mudara rotina de sua gestão, do corpo docente, da oferta de período, como o caso do ensino noturno, proibindo essas instituições de ofertarem às suas comunidades a educação no período da noite, que em grande parte atendia alunos trabalhadores, deslocando-os muitas vezes para escolas distantes de suas PROVÁVEIS residências.

Assim sendo, a implementação dos Colégios Cívico Militares do Paraná (CMEIV), tiveram seu funcionamento já no primeiro dia letivo de 2021, ainda sob a égide das aulas remotas e retorno parcial, durante a pandemia da COVID-19.

¹¹ Disponível em: < <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Consulta-publica-aprova-modelo-civico-militar-em-163-colegios> > Acesso em 24 de jan de 2023.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

So professor-pesquisador a trazer em debate do PROFSOCIO a implementação das escolas cívico-militares no Paraná. O professor-pesquisador¹² é docente efetivo da rede estadual de ensino desde 2015, lecionando a disciplina de História como professor da rede. O mesmo já foi docente das três instituições no percurso de sua carreira profissional, em tempos que as instituições não faziam parte do CMEIV.

Enquanto docente das ciências humanas e integrado aos debates sobre a educação também como já descrito na introdução, ocupa o cargo de Secretário de Organização do Núcleo Sindical da APP Arapongas desde o ano de 2012. Entre a prática profissional e sindical, representando as lutas da educação e da categoria, trouxe sua práxis para o debate acadêmico aqui discutido. Dentre as diversas lutas encampadas enquanto professor-pesquisador, a criação das escolas cívico-militares também esteve na ordem do dia das mobilizações do núcleo sindical em que atua.

Com a aprovação da Lei nº 20.338/2020, os Núcleos Regionais de Educação (NRE) passaram a indicar as instituições que receberiam a consulta pública para escolha ou não da modalidade cívico-militar. No caso do Marquês de Caravelas, Francisco Ferreira Bastos e Walfredo da Silveira Correa estão sob jurisdição do NRE Apucarana, os colégios tiveram suas consultas públicas realizadas entre os dias 28 e 29 de outubro de 2020, ainda sob altos índices de contaminação pela COVID-19. Durante o processo de consulta pública para a instalação ou não dos CMEIV's, o professor-pesquisador esteve em contato *in loco*, enquanto dirigente sindical, para verificar como se conduziu e o contato com a comunidade escolar que ao chegarem no local diziam “fomos convocados para votar SIM para a escola se transformar em militar”. Perguntados se sabiam das possíveis mudanças e consequência dessa transformação, a grande maioria não sabia argumentar. Sob a coordenação dos servidores do NRE de Apucarana, a votação nessas três escolas aconteceu de maneira em que em uma lista aberta, os alunos, responsáveis e trabalhadores colocam seu “SIM” ou “NÃO” para a escolha, sem qualquer sigilo de voto, induzindo os votantes a optarem por uma única escolha, já que houve intensa campanha de mobilização pelo “SIM”.

Diante do processo atropelado da consulta, a direção da APP Sindicato acompanhou os dois dias de votação nas referidas instituições, sendo que de em alguns momentos até mesmo embates das ideias divergente ocorreram entre professores contrários à proposta, pais favoráveis às mudanças, representantes do governo e a APP Sindicato.

Tais mobilizações mostraram o acirramento e polarização que o país vivia desde as eleições de 2018, conduzido pelo governo federal. Enquanto a pandemia se agravava, os indicadores sociais e econômicos pioravam, tanto governos federal e estadual, “passavam

¹² Termos metodológicos: todos os dados do cotidiano foram coletados de forma anônima, por meio de registros de caderno de campo do pesquisador, que possibilitam a caracterização dos colégios citados nesta seção. Tendo a vivência e contatos com os profissionais que estão nessas escolas.

a boiada” em claro processo antidemocrático. Concordamos com Nosella (1998) quando ele fala sobre a crise escolar e sua organicidade no seio da sociedade. Para o autor, [...] o foco essencial da crise escolar se localiza nas formas de produção (ou de não-produção). Pois o trabalho é de qualquer forma o princípio educativo geral, a referência pedagógica fundamental da Escola. A Escola que vai mal, por ser fortemente improdutiva, evidencia a presença de numerosos e graves focos de não-trabalho no seio da própria sociedade civil. Ou seja, no tecido produtivo brasileiro, as marcas arcaicas de produção colonial e escravocrata barram a difusão de um industrialismo orgânico, democrático, moderno, “original”- diria Gramsci. (NOSELLA, 1998, p. 123)

Assim, percebemos que enraizados num passado escravocrata, colonialista, o Brasil viveu nos últimos anos a evocação de valores nacionais, calcados em suposta força divina: “Deus, pátria e família”.

No que se refere ao processo de escolha das escolas citadas neste trabalho: Marquês de Caravelas, Francisco de Ferreira Bastos e Walfredo da Silveira Corrêa percebemos que o processo dito como democrático não se efetiva na prática.

A grande prova disso foi quando a APP Sindicato colocou carros de som nas ruas próximas às instituições questionando o processo da consulta e pedindo o voto NÃO, um dos motoristas e um dos veículos foi insultado e impedido de circular nas mediações das duas escolas, em claro acirramento ideológico do que foi notório no país.

No dia 29 de outubro, dois já tinham atingido quórum e aprovado o modelo cívico-militar. Já o colégio Francisco teve a votação ampliada por não ter atingido o quórum mínimo de votantes. Isso mostra a desinformação sobre o processo que desestimulou a presença da comunidade escolar na consulta.¹³

Não hesitamos em dizer que ampliar os processos de reformas que foram conduzidas desde o golpe de 2016, o que percebemos é uma tentativa da “incorrível lógica do capital”, cerne de toda crise. Para Mézàros,

[...] torna-se claro que o objetivo real do reformismo não é de forma alguma aquele que ele reivindica para si próprio: a verdadeira solução para os inegáveis defeitos específicos, mesmo que sua magnitude seja deliberadamente minimizada, e mesmo que o modo planejado para lidar com eles seja reconhecidamente (mas de forma a isentar a própria responsabilidade) muito lento[...] pois os defeitos específicos do capitalismo não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais ser realmente resolvidos

¹³ Disponível em: <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/arapongas/colégio-walfredo-correa-e-o-1-a-atingir-votos-para-implantar-modelo-civico-militar-491172?d=1>> Acesso em 24 de jan de 2023.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

sem que se faça referência ao sistema como um todo, que necessariamente os produz e constantemente reproduz. (MÉSZÁROS, 2008, p. 62)

A ampliação de tais reformas foram condizentes, tanto com as propostas econômicas liberais, quanto as forjadas pela pauta de costumes,.

Como em todo o Estado do Paraná, o funcionamento das três escolas da cidade de Arapongas teve seu funcionamento já no ano letivo de 2021, sendo implementada a gestão compartilhada. Gestão essa que segundo o previsto na legislação dos CMEIV é dual, sendo uma direção geral, conduzida por um civil e um militar. No entanto o que se viu na prática foi a manutenção de apenas civis.

Além disso é previsto pela legislação dos CMEIV a função de monitores militares, conforme rege a lei estadual 21.327:

[...] III - monitores, que poderão ser militares integrantes do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários - CMEIV, para atuarem nas atividades de natureza cívico-militar, sendo que a quantidade de monitores será estabelecida

] em resolução do Secretário de Estado da Educação e do Esporte - SEED. (PARANÁ, 2020)

Ainda na referida lei trata do credenciamento dos militares dessas instituições.

“Parágrafo único. Para administração e coordenação do Programa, a critério da SEED, poderão ser lotados militares estaduais na SEED, na Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP e na Polícia Militar do Paraná -PMPR.” (PARANÁ, 2020)

Nem mesmo com a autorização de servidores militares do Estado para atuarem nessas instituições, o que se verificou até aqui foi a falta de interesses desses profissionais. Em setembro de 2021, um edital afastou os militares que estavam atuando nessas instituições, sendo lançado um novo edital de contratação, mas o que dificultou o preenchimento dessas vagas. No caso das CMEIV de Arapongas, em nenhuma havia a presença desses diretores ou monitores militares, na época do término do ano letivo de 2022.¹⁴

Dado o marketing político, alinhados ao projeto bolsonarista das escolas cívico-militares e o lançamento do CMEIV no Paraná, a aprovação da lei que rege essa modalidade de gestão, a aprovação das instituições nas consultas públicas, na prática parece não condizer com o projeto original dessas instituições. Indo da

¹⁴ <<https://gazetadetoledo.com.br/parana-tem-o-maior-numero-de-escolas-civico-militares-dobrasil/>>
Acesso em 25 de jan. 2023 >

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

falta de militares até mesmo denúncias de assédio¹⁵, violência¹⁶, brigas¹⁷, afastamento de diretores que envolvem situações dramáticas quando o assunto é educação pública.

Vale ressaltar que os problemas como esses não são exclusividade das instituições cívico militares, no entanto, o que ilustramos aqui são inúmeras queixas e denúncias que estamparam lamentáveis páginas de ocorrências policiais, o que em tese, deveriam ter tido uma construção pedagógica para evitar casos de violências como os mencionados.

O que contrasta com a ideia de uma educação que possibilite ao aluno estar em um ambiente onde o pluralismo das juventudes possa ser tratado como parte da construção da identidade juvenil e não cerceado pela ideia de uma educação militarizada, que despreza essa condição. Segundo Dias e Ribeiro (2021),

No caso das CMEIV de Arapongas já citadas anteriormente, o que percebemos nestes dois anos de implantação foram inúmeros desacertos em o que era pretendido e o que está sendo gerido: a falta de militares que cumpram as funções diretivas e de monitoramento, o não cumprimento da modelagem cívico-militar como a padronização de uniformização dos alunos, já que não foi entregue e não tem sido exigido pelas instituições. Em casos mais extremos, a necessidade de alunos trabalhadores, muitos que passam a trabalhar de dia, esses tiveram que preferir a instituição que frequentavam para outra instituição, já que essa não pode mais ofertar o ensino noturno. Os casos de violência e indisciplina também puderam ser verificados como um fator de motivação de transferência para outras instituições.

Nesse sentido, Mendonça (2019), traz sua contribuição sobre o papel das forças de segurança e a educação, a conta não fecha, pois,

Não se pode instituir a escola como local de reparação da desordem e da violência que reina na sociedade. É preciso considerar que a polícia é chamada para impedir a violência na escola é a mesma que não consegue entregar resultados à sociedade em relação às políticas públicas de segurança para as quais ela efetivamente foi criada. (MENDONÇA, 2019, p. 607)

Tratar a educação como “caso de polícia”, instaurando um processo policial nas políticas educacionais é admitir o fracasso do Estado em manter o mínimo que exige nossa constituição, a LDB e o que se espera de um estado democrático de direito. Aliado a isso, um processo de criminalização da diversidade, do pensamento, da ciência foi marcado na última gestão do país isso se tornou uma constante entre os grupos que passaram a dar apoio ao ex-capitão, entre eles, as polícias.

¹⁵ <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/01/06/mp-pr-investiga-suspeita-de-assedio-sexual-contra-alunas-em-colegio-militar-de-paranavai.ghtml> Acesso em 25 de jan. de 2023 >

¹⁶ <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/caso-alekson-comissao-de-direitos-humanos-da-seed-vira-a-apucarana-656167?d=1> Acesso em 25 de jan. de 2023 >

¹⁷ <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/arapongas/aluno-armado-com-faca-briga-em-colegio-civico-militar-de-arapongas-629859?d=1> Acesso em 25 de jan. de 2023 >

O Brasil, por ser um país democrático e plural com uma grande diversidade ideológica, sexual e cultural pode (e deve) respeitar e valorizar o aluno na sua individualidade de diferentes formas, desde na sua forma de vestir, de se comportar ou de expor o seu pensamento baseado em sua ideologia, no seu credo, até nos seus gostos musicais, estéticos, etc. Nessa perspectiva, a escola tem o dever de respeitar, por força do princípio da diversidade e individualidade, os diversos pontos de vista ou opiniões dos envolvidos no processo educacional. (DIAS; RIBEIRO, 2021, p. 421)

Quando sujeitamos os nossos alunos a um processo de desencorajamento da sua auto existência, negamos a existência de uma sociedade que se possa superar suas contradições, suas mazelas e se refazer quando e quantas vezes forem necessárias. Como nos fala Freire sobre nossos educandos: “Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos.” (FREIRE, 1987, p. 34). Educar para transformar é a educação que desejamos e lutamos cotidianamente.

Na necessidade de construção da educação é necessário a participação democrática e coletiva de todos os que compõem a formação das nossas escolas. O resultado disso é a construção de Projeto Político Pedagógico que acolha a todos e a todas, que respeite a pluralidade e a diversidade que compõem o contexto daquela comunidade. E mais, que seja de fato ampliado e implementado à medida em que a sociedade tenha necessidade de rever valores das escolas aqui levantadas em questão através dos dados que possivelmente seriam encontrados. No entanto, não foi o que pudemos verificar.

Nos domínios eletrônicos disponibilizados para as escolas da rede estadual do Paraná através do www.aps...seed.pr.gov.br¹⁸ onde qualquer cidadão pode buscar informações institucionais e, inclusive o PPP e práticas. Em uma democracia, a transparência deve ser peça chave em sua efetivação, nesse sentido, a rede estadual educação do Paraná há muitos anos mantém páginas institucionais das escolas públicas que compõem a rede. Nesses sites é possível encontrar todas as informações pertinentes àquela instituição

Diante da pandemia da COVID-19, a necessidade do afastamento das nossas funções laborais, dos trabalhos *in loco* no mestrado e das pesquisas de campo, essas funções tiveram que ser cumpridas também a se adaptar a esse tempo pandêmico. As aulas em sala foram transferidas pelas salas virtuais; as leituras transferidas para a tela de um microcomputador e a pesquisa restrita à pesquisa e análise documental.

¹⁸ Para termos confiança na informação trazida aqui sobre os domínios eletrônicos citados na pesquisa, fez-se necessário consultar outros domínios de outras CMEIV's do Estado e de escolas regulares, o que não foi verificado o problema nas escolas que não são cívico-militares.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Ao mesmo tempo em que tentávamos sobreviver à pandemia, na esperança da chegada da vacina, tão sonhada e que muitos não tiveram a mesma sorte que nós, também tínhamos que lidar com os traumas das milhares de mortes diárias, chegamos a ter mais de 4 mil óbitos em um único dia.¹⁹ Tristesdias. Diante de tudo isso, tivemos que procurar analisar as informações da escola, isso não foi possível nas escolas cívico-militares, uma vez que o domínio das três instituições “Marquês de Caravelas, Walfredo da Silveira Corrêa e Francisco Ferreira Bastos”, estavam desativados, o que contraria a Lei de Acesso à Informação (LAI) no seu Art. 6º caput II, dizendo que, “cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis[...]”, sendo que fica a cargo dos agentes públicos. E mais, nos seguintes termos da LAI lê-se, Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- I- Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
 - II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos[...]
- (BRASIL, 2023)

Sendo assim, em janeiro de 2023 foi aberto um protocolo junto à SEED requerendo as informações sobre a retirada do acesso eletrônico dos CMEIV's fornecido pela SEED. Como resposta tivemos a seguinte afirmação:

*Prezado (a) Senhor (a): Em atenção à sua manifestação registrada neste atendimento, a Diretoria de Tecnologia e Inovação Educacional informa o que segue: "Para uma resposta mais efetiva precisamos de mais informações como: link completo [o apresentado no sigo não está completo]; Faltou informar o NRE de origem; Informar o nome completo das escolas. Ressaltamos que por ser um documento aberto à comunidade, a solicitante pode buscar diretamente na escola e/ou no NRE. Por gentileza responda a pesquisa de satisfação. Continuamos sempre à sua disposição. Atenciosamente Ouvidoria/SEED.*²⁰

Por se tratar de uma pesquisa documental e dado os levantamentos de informações, que deveriam ser disponibilizadas publicamente pela SEED-PR, entenderam-se que era desnecessário emitir dados específicos de tais CMEIV's, uma vez que em busca eletrônica nos domínios das instituições cívico-militares, todas estavam desativadas.

¹⁹ “Brasil bate recorde e registra 4.195 mortes por Covid-19 em 24 horas. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/covid-19-no-brasil-6-4-2021/> Acesso em 26 de jan de 2023.

²⁰ Grifo meu. Por se tratar de uma solicitação obtida através do sistema de ouvidoria online da SEED-PR, o acesso se deu através de protocolo e identificação do professor-pesquisador. Portanto, decidiu-se por omitir dados pessoais do mesmo.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Entre os domínios verificados no levantamento, verificou-se ativo um endereço eletrônico, fora do domínio www.aps...seed.pr.gov.br, a se tratar do Colégio Estadual Colégio Estadual Cívico-Militar Ermelino de Leão (Curitiba- PR).²¹ Ainda assim, não foi encontrado no site disponibilizado pela instituição, documentos oficiais, tais como, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Proposta Pedagógica Curricular, documentos vitais para uma instituição escolar.

Assim sendo, debruçar sobre a construção do PPP dessas escolas como ele foi elaborado pela comunidade escolar não foi possível, uma vez que ainda no término da escrita deste trabalho não havia as condições de consulta a esses materiais.

Em recente atividade na APP Sindicato²², na cidade de Curitiba (PR), dirigentes da entidade debatiam conjuntura educacional para o ano de 2023 e entre as possibilidades que já foram postas pela SEED é a não implantação de mais de novas unidades do CMEIV no Estado. Também foi aventado a questão de possíveis revogações das existentes, caso assim ensejem as comunidades escolares. Também já é notório a possibilidade de alteração nas nomeações dos diretores militares dos CMEIV's.²³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível aqui em poucas páginas tecer assertivas sobre um processo que podemos afirmar, ainda em curso, uma vez que a instalação do CMEIV's no Paraná é eivada de contradições desde a lei que o criou até a execução do mesmo nos dias que se seguem.

Temos hoje uma conjuntura política nacional diferente do momento em que o Governo do Estado do Paraná, através da SEED-PR, resolve criar essa modalidade de ensino. Em 2020, ano da criação, vivíamos o auge do bolsonarismo e da política armamentista da sociedade e policialesca da educação, principalmente da pública. Hoje, passado o governo de Jair Bolsonaro, temos no cenário nacional da nossa República um governo que foi eleito pelos que defenderam a democracia, a ciência, a educação pública e no qual nós, cientistas sociais, apostamos numa unidade e novos horizontes para a educação brasileira.

Em termos da conjuntura estadual, apesar do processo acelerado no qual nos encontramos, da implementação do NEM (Novo Ensino Médio), o qual aqui reiteramos nosso repúdio total a esse modelo de ensino para nossa juventude. A partir dessa pesquisa a qual pudemos demonstrar, através dos relatos de um professor-pesquisador, inserido no processo da educação pública paranaense e que fez parte, de maneira contraditória ao adotado pela SEED, da implantação dos CMEIV's, que definitivamente a educação pública de nosso Estado não necessita de forjar dados e modelos educacionais arcaicos, excludentes e repressores. Escola pública é espaço de diálogo, pluralidade, de liberdade dos nossos jovens usarem

²¹ Disponível em: < <https://colegio-estadual-civico-militar-ermelino-de-leao.negocio.site/> >

Acesso em 02 de fev. 2023

²² Tais informações foram colhidas em atividades em que o professor-pesquisador esteve. Para preservar a identidade de dirigentes sindicais utilizamos do anonimato das fontes.

²³ Escolas cívico-militares: diretores serão selecionados pela Educação e não mais pela Segurança, propõe governo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/diretoresde-escolas-civico-militares-serao-selecionados-pela-educacao/> Acesso em 28 de jan. 2023.

seus cabelos da maneira que quiserem, de não precisarem ser uniformizados e passarem por revistas e formaturas destinadas às instituições militares, tampouco desmaiarem⁴⁷ em cerimônias toscas, por ficarem expostas a um calor insuportável em atos com autoridades políticas, dentro de suas escolas.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul.-dez. 2001. In: COSTA E SILVA, Francely Priscila. **A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/10/A-reformado-Ensino-Medio-no-governo-Michel-Temer-2016-2018.pdf>. Acesso em 14 de jan. 2023.
- BRASIL. Imprensa Nacional **PORTARIA Nº 1.071, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em 20 de jan.2023.
- DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto de Carvalho. Escolas cívicomilitares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. **Revista Teias**. V. 22. n. especial • out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/59634>. Acesso em 20 de jan.2023.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo. Cortez Editora, 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: **Foi Golpe. O Brasil de 2016 em análise. GALVÃO**, Ana Carolina; Z Aidan, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO (Orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul.-dez. 2001. In: COSTA E SILVA, Francely Priscila. **A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/10/A-reformado-Ensino-Medio-no-governo-Michel-Temer-2016-2018.pdf>. Acesso em 14 de jan. 2023.
- KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo. Cortez Editora, 1986. KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do Regime de acumulação flexível. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.159s0/ES0101-73302017177723>. Acesso em 06 de jan. 2023.
- OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; POCHMANN, Márcio; ROSSI, Pedro. Inclusão interrompida? Educação Superior no Brasil no início do século 21. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 2 (75), p. 417-437, maio-agosto 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n2art07>. Acesso em 20 de jan. 2023.
- MENDONÇA. Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 24 de jan.2023.
- NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaio sobre a Educação Brasileira pós-ditadura. EDUSF, SP, 1998.
- PARANÁ. **REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ**. Disponível em: referencialcurricularparana.pr.gov.br Acesso em 18 de jan.2023.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

PARANÁ. SEED. **Instrução Normativa nº 03/2021** - Deduc/Seed. Disponível em: <http://educacao.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes>. Acesso em 16 fev. 2023.

PARANÁ. SEED. **Instrução Normativa Conjunta nº 010/2020 - Deduc/DPGE**. Disponível em: < <http://educacao.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes> Acesso em 16 de mai. 2021.

PARANÁ. SEED. **Instrução Normativa Conjunta nº 011/2020 - Deduc/DPGE**. Disponível em: < <http://educacao.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes> Acesso em 16 de mai. 2021.

PARANÁ, SEED. **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 008/2021 - DEDUC/DPGE/SEED**. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202112/008_InstrucaoNormativaConjunta_MatrizCurricular_NEM_redepublicaestadualdeensinodoPr.pdf. Acesso em 24 de jan.2023.

PARANÁ. Secretaria da Educação e Esporte. **Referencial Curricular Para O Ensino Médio Do Paraná**. (Vol.3), Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem>. Acesso em 05 de jan. 2023.

TORRES, C. A. 1995[b] **La política de la educación no formal en América Latina** (México: Siglo XXI).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná